



METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

A ~~AB~~
AB



RELATÓRIO DE GESTÃO

ANUAL

DE

2022



A
[Handwritten signatures]

Ano de 2022

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL

Senhores Acionistas,

Cumprindo as disposições legais, designadamente o disposto no Art.º 65.º do Código das Sociedades Comerciais, submetemos à V/ apreciação o nosso Relatório de Gestão reportado ao exercício de 2022, elaborado em conformidade com o Art.º 66.º desse mesmo Código, muito embora e por força do disposto no número 6 deste último artigo, a emissão deste Relatório seja dispensada.

INTRODUÇÃO

A Metropolitan Ligeiro de Mirandela, SA foi constituída em julho de 1995, tendo resultado de um projeto protagonizado pela Câmara Municipal de Mirandela e a CP.

Numa primeira fase e ao longo de vários anos, a atividade da empresa circunscreveu-se à exploração do troço Mirandela/Carvalhais, cingindo-se, portanto, ao perímetro urbano da cidade de Mirandela. Mais tarde, a 21 de outubro de 2001, a MLM, SA celebrou um Contrato de Prestação de Serviços com a CP, mediante o qual a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros entre a estação de Mirandela e a estação do Tua seria feita pela própria MLM, sob a supervisão da CP. Por seu turno, a responsabilidade pela manutenção da linha correspondente ao referido troço caberia à então REFER, atual Infraestruturas de Portugal, na sua qualidade de proprietária dessa infraestrutura. Assim, à luz de tal contrato, competia à MLM executar todo o serviço de transporte ferroviário de passageiros ao longo do percurso Carvalhais/Tua.

Porém, por força do acidente que teve lugar no dia 22 de agosto de 2008 e na sequência do mesmo, a atividade da sociedade passou a circunscrever-se à exploração dos troços Mirandela-Carvalhais e Mirandela-Cachão, tipologia de exploração esta que se manteve até meados de 2012. Paralelamente, a MLM assegurou o transporte de passageiros, por rodovia, no espaço compreendido entre o Cachão e o Tua, através da subcontratação de um serviço de táxi, tendo em conta o encerramento do troço ferroviário correspondente. Por conseguinte, neste período de tempo a sociedade laborou com base em premissas ou pressupostos um tanto diferentes daqueles com base nos quais laborava no período anterior à ocorrência do referido acidente.

Em meados de 2012 a empresa assumiu a gestão e o transporte rodoviário de passageiros no perímetro urbano da cidade e sua periferia, competência que lhe foi



A

[Handwritten signatures]

conferida pelo Município de Mirandela. Neste domínio, à MLM passou a competir também a gestão e o serviço de transporte referidos, não sendo a proprietária de quaisquer bens ou recursos afetos ao mesmo. Por esse facto, todas e quaisquer despesas e encargos associadas ao funcionamento desses bens e recursos, ou seja, à operação do serviço, correram e correm por conta do respetivo proprietário, isto é, o Município, com exceção dos encargos com o pessoal; na verdade, todos os trabalhadores afetos à realização do serviço de transporte rodoviário pertencem ao quadro de pessoal da empresa, sendo que os correspondentes salários e encargos que lhes estão associados correm por conta desta.

A assunção da gestão do transporte rodoviário de passageiros, acabada de referir, teve lugar por força da desativação do troço Mirandela-Carvalhais, pelo que o transporte público de passageiros na malha urbana da cidade e periferia próxima passou a ser feito por rodovia. A laboração da empresa na base deste modelo – transporte rodoviário e ferroviário (este último no troço Mirandela-Cachão) – iniciou-se em meados de 2012 e prolongou-se até ao final de 2018.

No final de 2018 foi completamente desativado o transporte ferroviário de passageiros, passando a empresa a gerir toda a operação de transporte público apenas na modalidade rodovia, a qual, portanto, caracterizou o ano findo.

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Comparativamente a 2021, a atividade operacional da empresa em 2022 pautou-se pelo seguinte:

- Em ambos os anos essa atividade decorreu em moldes idênticos, isto é, transportando passageiros com base nos mesmos meios e dentro do mesmo perímetro geográfico;

- Continuou o relacionamento comercial com o Município de Mirandela, consubstanciado no transporte escolar;

- A ligação comercial da MLM à CP processou-se do mesmo modo que em 2021;

Desta forma, as receitas apuradas diretamente ligadas ao transporte de passageiros, incluindo o transporte escolar, subiram de 2021 para 2022.

- Continuou a ser assegurado o serviço de transporte de passageiros via táxi, sob gestão da MLM, direcionado para as zonas antigamente servidas por automotoras que circulavam na Linha do Tua;

- Também em 2022 a operação de transporte rodoviário de passageiros contou com a colaboração diária de terceiros contratados para o efeito, que não apenas o mencionado táxi, especializados nesta área.

Operando no setor dos transportes públicos de passageiros, numa perspetiva de serviço público, a atividade da MLM, SA tem sido marcada:



A
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

- Pela impossibilidade de dilatar os seus níveis de receita, considerando a reduzida dimensão do seu mercado, efetivo e potencial;
- Pela impossibilidade de proceder a um ajustamento em alta das suas tarifas, considerando o fraco nível de rendimento auferido pela população alvo das suas atividades e o nível geralmente baixo que acompanha o valor das tarifas dos transportes públicos, atendendo ao caráter social que é atribuído a esta tipologia de serviço; e,
- Pela incerteza associada à continuidade da sua atividade decorrente das sucessivas dificuldades na implementação do Plano de Mobilidade no Vale do Tua, gizado pouco tempo antes de se iniciar a construção da barragem no rio Tua.

VEÍCULOS LRV-2000

A MLM dispõe de duas automotoras da série USD VE 9500. Estes dois veículos encontram-se estacionados nas oficinas geridas pela empresa situadas em Carvalhais desde dezembro de 2018, em resultado do encerramento da operação do transporte por via-férrea a que já se aludiu.

Considerando o cenário de dissolução da empresa e o facto de estar completamente fora de hipótese o regresso ao transporte ferroviário, o destino destas automotoras passa pela sua alienação no estado em que presentemente se encontram.

ANÁLISE DAS CONTAS APRESENTADAS

Nos termos do artigo 66.º, nr. 4, do Código das Sociedades Comerciais, faz-se agora uma análise detalhada das principais grandezas de natureza económico-financeira que compõem as peças de tipo contabilístico respeitantes ao exercício ora relatado. Na verdade, sendo os Documentos de Prestação de Contas basicamente constituídos por peças de natureza contabilística, logo técnica, faz todo o sentido que se reserve um espaço próprio para se tecerem alguns comentários acerca do conteúdo de tais peças, procurando-se ressaltar o que de mais importante aconteceu na empresa do ponto de vista económico-financeiro.

A partir da Demonstração dos Resultados é possível extrair as seguintes conclusões, tomando por comparativo os dois anos anteriores a 2022:



Handwritten signature and initials in blue ink.

Valores em Euros

	<u>2020</u>	%	<u>2021</u>	%	<u>2022</u>	%
Serviços Prestados	177.845,32		215.718,24		216.746,21	
Fornecimentos e Ser. Externos	100.027,97	56,24%	99.104,23	45,94%	111.129,24	51,27%
Gastos com o Pessoal	106.347,98	59,80%	107.791,11	49,97%	98.375,48	45,39%
Gastos de Depreciação e Amortização	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros Gastos	12.158,22	6,84%	756,61	0,35%	3.674,97	1,70%
Gastos e Perdas de Financiamento	6.215,90	3,50%	4.785,89	2,22%	9.670,01	4,46%
Resultado Líquido do período	-45.390,71	-25,2%	3.020,77	1,40%	-5.508,44	-2,54%

Nota: Os valores percentuais foram calculados com referência ao valor dos serviços prestados

Observando a tabela supra, concluímos que o desempenho da empresa no ano de 2022 apresenta várias diferenças em comparação com o de 2021 e com o de 2020.

Pormenorizando o ocorrido em 2022 em termos de rendimentos, gastos e resultados, numa base comparativa com o histórico correspondente, vejamos:

a) O valor dos Fornecimentos e Serviços Externos apesar de uma diminuição em 2021 comparado com o ano de 2020, este aumentou significativamente no ano de 2022, atingindo um valor de 111.129,24€. Em termos absolutos, o aumento comparado a 2021 foi de 12.025,01€; em simultâneo e em termos relativos, o valor desses Fornecimentos e Serviços aumentou para 51% aproximadamente. Este aumento respeita aos serviços contratados dos transportes da Rodonorte e da Tuela e AV. Tâmega.

b) O quadro do pessoal manteve o número de efetivos e o formato da prestação de trabalho manteve-se idêntico ao longo do triénio. Porém ocorreu uma diminuição comparado com o ano de 2021, pois deixaram de ser processadas as horas extraordinárias ao pessoal.

c) Tal como sucedido desde há vários períodos, não se registou qualquer gasto com Depreciações no ano findo. Esta circunstância decorre do facto de todos os Ativos Fixos detidos pela MLM já terem atingido o término do seu período de vida útil, a que se junta o facto de não se terem verificado aquisições deste tipo de Ativos ao longo dos últimos anos;

d) O valor dos Gastos de Financiamento aumentou em 2022, quebrando a tendência da diminuição que se tem observado nos anos transatos. Este facto radica na alteração dos níveis que as taxas Euribor têm apresentado, as quais os valores passaram a positivos em 2022, sendo certo que este tipo de Gastos suportados pela empresa está indexado à Euribor. O valor do capital em dívida tem também vindo a decrescer, embora de forma muito diminuta;



Handwritten signature and initials in blue ink.

e) Ocorreu um aumento da rubrica “Outros Gastos” comparado com o ano de 2021, atingindo um valor de 3.674,97€ em 2022. Este aumento está relacionado com a correção de um erro praticado em 2021 no valor de 3.195,00 €, onde pelo facto de não ter sido considerado em 2021, veio a ser considerado como um gasto em 2022.

No tocante ao comportamento dos rendimentos obtidos pela firma em 2022, foram prestados serviços no valor de 216.746,21€, registando-se assim um aumento de 1.027,97€ comparado com o ano de 2021.

O Resultado Líquido do Período em 2022 apresentou um valor negativo de 5.508,44€, em parte pelo aumento dos custos variáveis praticados no decorrer do ano.

Com respeito à situação financeira da sociedade, a mesma caracteriza-se pelo já clássico desequilíbrio de longo prazo, motivado pelas responsabilidades financeiras perante a CP decorrentes da compra, a esta última, do material circulante.

Numa perspetiva de curto prazo, dúvidas não podem restar quanto à boa situação financeira da empresa, tal como tem acontecido nos últimos anos, apresentando-se, nesta altura, perfeitamente equilibrada. Este equilíbrio é bem visível pela relação entre o valor dos seus ativos e passivos de curto prazo, excluindo-se, portanto, desta análise a enorme dívida à CP resultante da aquisição das automotoras. Claro está que esta melhoria tem por base os Resultados mais ou menos equilibrados que se têm verificado em alguns destes últimos anos, sendo certo que os prejuízos incorridos noutros períodos têm sido cobertos pelos acionistas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do número 5 do Art.º 66.º do CSC, vem o Conselho de Administração apresentar a sua proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2022. Assim, propõe o Conselho de Administração que o Resultado Antes de Impostos, no valor de – 5.471,44 €, seja integralmente coberto pelos dois acionistas, na proporção que cada um detém no capital da empresa.

A lógica subjacente a esta proposta repousa no disposto no número 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, onde se aponta para a obrigatoriedade de os sócios das empresas locais procederem à cobertura desta categoria de Resultados, quando estes se apresentam negativos.

Quanto aos 37,00 € respeitantes ao imposto sobre o rendimento do período e correspondente efeito negativo sobre o Resultado Líquido, deverá esta importância ser transferida para Resultados Transitados.



PERSPETIVAS

No que respeita ao tema da continuidade da empresa, há que destacar o seguinte:

(i) Do ponto de vista material, estão a ser adaptadas as condições para que a mobilidade em torno da linha do Tua possa prosseguir, na perspetiva do transporte ferroviário e dos outros meios complementares de transporte de passageiros, tanto para fins turísticos como de transporte quotidiano, nos moldes definidos no Plano de Mobilidade, sob a gestão/supervisão da Agência para o Desenvolvimento do Vale do Tua. Quando terminadas as obras de adaptação e beneficiação da infraestrutura, a este nível, estarão criadas as condições para a integração da MLM no projeto ou concretizar a sua dissolução.

No entanto, aspetos burocráticos respeitantes à obtenção das licenças para se poder operar na linha férrea já reparada e que permitirão efetuar o transporte de passageiros através da mesma, têm atrasado o arranque da operação.

(ii) Com base nos valores do Balanço da empresa no final de 2022 e no que se projeta para a sua exploração, é possível afirmar que esta dispõe de condições para liquidar os seus passivos presentes, bem como aqueles que se forem formando no decurso normal das suas operações. Porém, no que se refere à liquidação dos Passivos futuros, resultantes da sua atividade normal, essa liquidação só será possível se:

- For mantido o contrato de prestação de serviços firmado com a CP, sendo honrado por ambas as partes, e;
- Não forem necessários investimentos na operação que corram por conta da empresa.

A capacidade da empresa para liquidar os seus Passivos, acima explicitada, não inclui a dívida para com o acionista CP. Esta, pela sua magnitude, origem e história, tem de ser encarada numa perspetiva de negociação entre acionistas, desgarrada da atividade normal da MLM.

Estas considerações trazem à evidência a precariedade do pressuposto da continuidade da atividade da MLM, não estando, contudo, em causa esse pressuposto num horizonte temporal de curto prazo.

OUTRAS INFORMAÇÕES

- Dando cumprimento ao disposto nos Art.º 2.º do Dec. Lei n.º 534/80, de 7 de novembro e 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social, à Autoridade Tributária e Aduaneira, nem existem dívidas vencidas para com os trabalhadores;

- Declara-se que, após o termo do exercício e dando satisfação ao estipulado na alínea b) do n.º 5 do Art.º 66.º do CSC, não ocorreram factos que mereçam referência.



- Não foram concedidas autorizações para a celebração de negócios entre a empresa e os membros do seu Conselho de Administração - Artigo 397.º do CSC (alínea e) do número 5 do art.º 66.º do CSC);

- A empresa não possui sucursais, no país ou no estrangeiro (alínea g) do número 5 do art.º 66.º, do CSC);

- Não existem riscos de preço, considerando a tipologia da atividade exercida pela empresa;

- Quanto ao risco de crédito, a nível bancário a questão não se coloca, na medida em que a empresa não tem condições para aceder a esta tipologia de crédito.

O crédito sobre clientes não apresenta quaisquer riscos.

A empresa enfrenta riscos de liquidez e de fluxos de caixa, considerando os eventuais atrasos que se verificam nos recebimentos oriundos da CP relativos ao apoio financeiro associado ao transporte de passageiros na Linha do Tua, nomeadamente pela gestão do contrato de prestação de serviços rodoviários de transporte alternativo, realizado por táxi, no enquadramento do que decorre no nº 5 da Resolução do Conselho de Ministros nº 47/2016.

- A empresa encontra-se numa situação de perda de metade do seu capital social, pelo que está obrigada a cumprir o disposto na parte final do número 1 e no número 3, ambos do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Neste contexto, dado que a dissolução da empresa é um facto aceite pelos seus acionistas (embora desde há muito), está virtualmente resolvido o problema colocado pelo referido Artigo.

Mirandela, 31 de março de 2023

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Presidente

O Administrador por parte da CP

O Administrador Delegado



Balanço em 31 de dezembro de 2022 (modelo ME)

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		EXERCÍCIOS	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Investimentos Financeiros	10	1.050,89	788,52
		1.050,89	788,52
Ativo corrente:			
Inventários			
Clientes	10	1.765,41	1.792,41
Estado e outros entes públicos	10	916,73	115,73
Outros ativos correntes	3;10	431,81	
Caixa e depósitos bancários	10	268.537,67	269.767,16
		271.651,62	271.675,30
Total do Ativo		272.702,51	272.463,82
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito	7	125.000,00	125.000,00
Resultados transitados		(1.692.531,62)	(1.695.552,39)
Resultado líquido do período	7	(5.508,44)	3.020,77
		(1.573.040,06)	(1.567.531,62)
Total do capital próprio			
Passivo			
Passivo não corrente:			
Passivo corrente:			
Fornecedores	10	43.020,97	44.999,07
Estado e outros entes públicos	10	39.345,37	41.511,61
Outros passivos correntes	7;10	1.763.376,23	1.753.484,76
		1.845.742,57	1.839.995,44
Total do passivo		1.845.742,57	1.839.995,44
Total do Capital Próprio e do Passivo		272.702,51	272.463,82

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Entidade: METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.



Demonstração dos resultados por natureza (modelo ME)

Período findo em 31 de dezembro de 2022

RUBRICAS		NOTAS	Montantes expressos em EURO	
			PERÍODOS	
			2022	2021
RENDIMENTOS E GASTOS				
Vendas e serviços prestados	+	10	216.746,21	215.718,24
Fornecimentos e serviços externos	-	9	(111.129,24)	(99.104,23)
Gastos como pessoal	-		(98.375,48)	(107.791,11)
Outros rendimentos	+		632,05	768,47
Outros gastos	-	3	(3.674,97)	(756,61)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		4.198,57	8.834,76
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		4.198,57	8.834,76
Gasto de financiamento (líquidos)	+		(9.670,01)	(4.785,89)
Resultado antes de impostos	=		(5.471,44)	4.048,87
Imposto sobre o rendimento do período	+/-	10	(37,00)	(1.028,10)
Resultado líquido do período	=	7	(5.508,44)	3.020,77

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado



Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2022

		Montantes expressos em EURO	
Rubricas		PERÍODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes	+	263.136,87	462.305,31
Pagamentos a Fornecedores	-	-127.972,39	-79.193,06
Pagamentos ao Pessoal	-	-97.817,37	-108.209,81
Caixa gerada pelas operações	+/-	37.347,11	274.902,43
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento	+/-	-838,00	-82,12
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	-37.590,98	-39.620,32
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	+/-	-1.081,87	235.199,99
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis	-		
Ativos Intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-	-147,62	-125,60
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de :			
Ativos fixos tangíveis	+		
Ativos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	+/-	-147,62	-125,60
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos	+		
Realizações de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio	+		
Cobertura de prejuízos	+		40.777,73
Doações	+		
Outras operações de financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos	-		
Juros e gastos similares	-		-82.647,00
Dividendos	-		
Redução de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	-41.869,27
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		-1.229,49	193.205,12
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	269.767,16	76.562,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	268.537,67	269.767,16

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado



METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, SA

ANO DE 2022

**ANEXO
(modelo reduzido)**

1 – Identificação da entidade:

1.1 – Designação da entidade.

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA
NIPC 503 518 794

1.2 – Sede.

Rua D. Afonso III
5370 – 408 Mirandela

1.3 – Natureza da atividade.

A Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA iniciou a sua atividade em julho de 1995, tendo resultado de um projeto que juntou a Câmara Municipal de Mirandela e a CP. Esta junção culminou com a participação no capital da MLM, SA de ambas as entidades, detendo a primeira 90% do mesmo e a segunda 10%, assim se constituindo, naquele ano, esta sociedade.

À data, o objeto da sociedade consistia na prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros numa parte da linha do Tua.

Numa primeira fase e ao longo de vários anos, a atividade da empresa circunscreveu-se à exploração do troço Mirandela/Carvalhais, cingindo-se, portanto, ao perímetro urbano da cidade de Mirandela. Mais tarde, a 21 de outubro de 2001, a MLM, SA celebrou um Contrato de Prestação de Serviços com a CP, mediante o qual a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros entre a estação de Mirandela e a estação do Tua, na margem do Douro, seria feita pela própria MLM, sob a supervisão da CP. Por seu turno, a responsabilidade pela manutenção da linha correspondente ao referido troço caberia à antiga REFER, atual Infraestruturas de Portugal, na sua qualidade de proprietária dessa infraestrutura.

Por conseguinte, na prática, cabia à MLM executar todo o serviço de transporte ferroviário ao longo do troço Carvalhais/Tua.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and several scribbled marks.

Porém, por força do acidente que teve lugar no dia 22 de agosto de 2008 e na sequência do mesmo, a atividade da sociedade passou a circunscrever-se à exploração dos troços Mirandela-Carvalhais e Mirandela-Cachão.

Entretanto, desde meados de 2012 que a empresa vem assumindo a gestão dos transportes rodoviários no perímetro urbano da cidade e sua periferia, tarefa que lhe foi conferida pelo Município de Mirandela. Neste domínio, à MLM compete a gestão do mencionado serviço, não sendo a proprietária de quaisquer bens ou recursos afetos ao mesmo. Por esse facto, todas e quaisquer despesas e encargos associados ao funcionamento desses bens e recursos, ou seja, à operação do serviço, correm por conta do respetivo proprietário, isto é, o Município, à exceção das despesas relacionadas com o pessoal afeto ao dito serviço de transporte.

No final de 2018 a MLM deixou de efetuar o transporte ferroviário de passageiros, tendo as populações beneficiadas pelo serviço descontinuado passado a ser servidas por transporte rodoviário, o qual é efetuado mediante o aluguer de uma viatura com condutor a uma entidade terceira, cujo custo daí decorrente é suportado pela própria MLM.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, tendo sido adotada a Norma Contabilística para Microentidades constante do Aviso n.º 8255/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 146, de 29 de julho de 2015.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do período anterior.

3 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 – Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras, e têm por base o modelo do custo histórico.

Apesar de a Norma Contabilística subjacente à referida preparação ter sido a relativa às Microentidades, foram construídas peças finais de prestação de Contas não exigidas por essa Norma, em virtude das exigências impostas por outros dispositivos legais.

b) Outras políticas contabilísticas.

Ativos fixos tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis são medidos pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo de aquisição, que inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionamento, menos qualquer depreciação acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens se encontram em condições de ser utilizados, de acordo com o modelo da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

No caso concreto do exercício de 2022, não se contabilizaram quaisquer depreciações relativas a Ativos Fixos Tangíveis, na medida em que os elementos correspondentes já não apresentavam valor líquido escriturado no início desse exercício, tal como vem sucedendo nos últimos anos.

Investimentos financeiros:

Os investimentos detidos pela entidade encontram-se medidos pelo seu custo. Tais investimentos apenas incluem as contribuições de carácter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho e a sua detenção tem carácter de continuidade e/ou permanência, não se destinando a ser vendidos no decurso normal das operações da entidade. Se existe evidência de que os mesmos se encontram em imparidade procede-se ao registo da mesma, calculada com base na evidência que indique que a quantia, total ou parcial, não venha a ser recuperada. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo revertidas também por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

Imparidade de ativos:

A empresa realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os vários ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica "Perdas por imparidade". Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade.

Contas a receber

Se é expectável que a cobrança de saldos de clientes e outras contas a receber ocorra dentro de um ano ou menos, ou se são relacionados com a atividade operacional, estas contas são classificadas como ativo corrente. Caso contrário, são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal deduzidas de perdas por imparidade, calculadas com base no risco de cobrabilidade e na antiguidade.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e/ou outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Eventuais descobertos bancários são incluídos no balanço na rubrica de "Financiamentos obtidos".

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os juros vencidos e não pagos à data do balanço são classificados na rubrica de "Outras contas a pagar".

Contas a pagar

As contas a pagar englobam os saldos de fornecedores e outros credores e são responsabilidades assumidas no decurso normal da atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal.

Rendimentos e gastos / Acréscimos e diferimentos:

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos (acréscimos de rendimentos ou gastos a reconhecer) ou passivos (rendimentos a reconhecer ou acréscimos de gastos).

Rédito:

O rédito é mensurado pelo valor nominal da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA nem outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

Impostos sobre o rendimento:

O imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras resulta apenas do imposto corrente. O gasto de imposto é registado em resultados.

O imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor vigentes à data do balanço, sendo que o resultado tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e/ou rendimentos que nunca serão tributáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes

5

em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão, não sendo expectável, contudo, que, de tais revisões, resultem correções materiais às presentes demonstrações financeiras.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade preparou as suas Demonstrações Financeiras no pressuposto da continuidade das suas operações, sendo que até ao final do ano corrente tudo leva a crer que tal continuidade não está em causa. Contudo, no futuro mais distante e tendo em conta a indefinição em torno do modelo de exploração do transporte ferroviário na Linha do Tua, no troço operacional, decorrente da desistência do operador que havia sido selecionado para executar o serviço, não é possível pormenorizar como se assume tal continuidade.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

Porém, ver o descrito no ponto “6 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não ocorreu qualquer alteração nas políticas contabilísticas da entidade.

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

As estimativas contabilísticas não foram objeto de qualquer alteração no exercício de 2022.

3.4 - Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Foi corrigido um erro praticado em 2021 no valor de 3.195,00 €, pelo facto de a este último ano não ter sido imputado um gasto por igual valor, em resultado de um lapso cometido pelo prestador de serviços por detrás da ocorrência desse gasto naquele ano.

Pelo facto de aquela importância ter sido escriturada em gastos no ano de 2022 e não em 2021, fez com que os Resultados antes de impostos de 2021 viessem sobrevalorizados por 3.195,00 € e os de 2022 subvalorizados na mesma medida.

No final de 2022, a posição exibida pelo Balanço da empresa não é afetada pela correção ora descrita.

4 - Ativos fixos tangíveis:

Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis.

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.

A base de mensuração usada assenta no custo histórico dos ativos fixos tangíveis, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas.

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis
		Terrenos	Edifícios					
Vidas úteis			10 anos	6-14 anos		4-8 anos		4-8 anos
Taxas de depreciação			10,00%	7,14-16,66%		12,50-25,00%		12,50-25,00%
Métodos de depreciação			Linha reta	Linha reta		Linha reta		Linha reta

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as alienações, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações.

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamento biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios							
Em 01-01-2021	Quantias brutas escrituradas		193,12	692.188,19		32.268,49		3.552,82		728.202,62
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		193,12	692.188,19		32.268,49		3.552,82		728.202,62
	Quantias líquidas escrituradas									
Adições										
Transferências										
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates										
Outras alterações										
Depreciações										
Anulação de depreciações por alienações, sinistros e abates										
Perdas por imparidade										
Em 31-12-2021 (01-01-2022)	Quantias brutas escrituradas		193,12	692.188,19		32.268,49		3.552,82		728.202,62
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		193,12	692.188,19		32.268,49		3.552,82		728.202,62
	Quantias líquidas escrituradas									
Adições										
Transferências										
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates										
Outras alterações										
Depreciações										
Anulação de depreciações por alienações, sinistros e abates										
Perdas por imparidade										
Em 31-12-2022	Quantias brutas escrituradas		193,12	692.188,19		32.268,49		3.552,82		728.202,62
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		193,12	692.188,19		32.268,49		3.552,82		728.202,62
	Quantias líquidas escrituradas									

7

Rua D. Afonso III, 5 370 – 408 Mirandela * Telefone e Fax: 278 265 752 *

Capital Social 125.000 € Contribuinte n.º 503 518 794

E-mail: metropolitanomirandela@gmail.com

Os valores inscritos em “Depreciações e perdas por imparidade acumuladas” dizem apenas respeito a Depreciações, na medida em que não se verificaram perdas por imparidade.

O material circulante ao serviço da entidade já não se encontra em operação, embora se encontre completamente sob a sua alçada. Está posta de parte a possibilidade de esse material vir a operar de novo sob a gestão e responsabilidade da MLM.

Não se conhece com rigor o valor de mercado do referido material, sabendo-se, contudo, que o mesmo tem expressão relevante.

5 – Rendimentos e gastos:

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito com base nos valores faturados aos clientes, decorrentes de tais serviços. A faturação dos serviços ou tem lugar imediatamente após a consumação da respetiva prestação, ou, quando de carácter continuado, no último dia do mês a que diz respeito. Os serviços prestados à CP são faturados quando esta reúne condições para rececionar a fatura respetiva, sendo, de qualquer modo, o rendimento associado reconhecido no ano a que diz respeito.

Os restantes réditos são reconhecidos imediatamente após o recebimento respetivo ou quando se constitui o direito à sua perceção, conforme as situações em concreto.

6 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

a) Correm termos dois Processos Judiciais em que a entidade figura como Ré, dela se reclamando o pagamento de indemnizações de valor relativamente avultado. Em tais Processos, para além da MLM, constam outros Réus, os quais também respondem, solidariamente, pelas indemnizações peticionadas.

Face, sobretudo, à dificuldade em se apurar os valores indemnizatórios eventualmente imputáveis à MLM no caso de vir a ser judicial e efetivamente condenada e à ideia de que nada é devido pela empresa aos Autores das Ações Judiciais em apreço, não foi constituída qualquer provisão a este propósito.

De todo o modo, estando-se aqui perante um passivo contingente e de valor importante, informa-se que o valor total das Ações Judiciais que correm termos contra a MLM, envolvendo, também e de forma solidária, outros Réus é de aproximadamente 300.000,00 €;

b) A entidade será dissolvida quando estiverem reunidas as condições para tanto. Apesar disso, não foi constituída qualquer provisão destinada a atender aos encargos derivados das indemnizações devidas aos trabalhadores em consequência dessa dissolução. Na base da ausência da constituição da referida provisão está a ideia da Administração da empresa de colocar os seus trabalhadores noutras ocupações, em particular a exercer funções similares na empresa que assumirá o transporte ferroviário na Linha do Tua, por concessão.

Em caso de despedimento e tomando por referência o final do ano corrente, o valor global indemnizatório a atribuir à totalidade dos trabalhadores ao serviço da empresa ascende a quase 101.877,78 €.

7 - Instrumentos financeiros:

7.1 — Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas na contabilização de instrumentos financeiros.

a) Todos os ativos e passivos financeiros encontram-se escriturados pelo seu custo;

b) A entidade encontra-se em incumprimento desde há muito tempo com relação ao pagamento de um fornecimento de equipamento básico que lhe foi efetuado. O valor do débito nestas condições em 31/12/2022 ascende a 1.743.309,51 €.

7.2 – Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica do capital próprio.

(valores expressos em euros)

Movimentos ocorridos nas rubricas do capital próprio	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Totais
Saldo 31.12.2020 (01.01.2021)	125.000,00			-1.716.304,16		-45.390,71	-1.636.694,87
Aumentos (reduções) do capital							0,00
Aquisições (alienações) de quotas próprias							0,00
Realização (reembolso) de outros instrumentos de capital próprio							0,00
Primera adoção da Norma Contabilística para Microentidades							0,00
Correções de erros de período dos anteriores (Distribuições) de resultados e reservas							0,00
Entradas para cobertura de perdas				66.142,48			66.142,48
Aplicação do resultado líquido do período anterior				-45.390,71		45.390,71	0,00
Resultado líquido do período						3.020,77	3.020,77
...							0,00
Saldo 31.12.2021 (01.01.2022)	125.000,00			-1.695.552,39		3.020,77	-1.567.531,62
Aumentos (reduções) do capital							0,00
Aquisições (alienações) de quotas próprias							0,00
Realização (reembolso) de outros instrumentos de capital próprio							0,00
Primera adoção da Norma Contabilística para Microentidades							0,00
Correções de erros de período dos anteriores (Distribuições) de resultados e reservas							0,00
Entradas para cobertura de perdas							0,00
Aplicação do resultado líquido do período anterior				3.020,77		-3.020,77	0,00
Resultado líquido do período						-5.508,44	-5.508,44
...							0,00
Saldo 31.12.2022	125.000,00	0,00	0,00	-1.692.531,62	0,00	-5.508,44	-1.573.040,06

8 – Benefícios dos empregados:

Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras.

O número médio de empregados nos dois últimos períodos foi de 6.

9 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

9.1 – Honorários respeitantes ao Fiscal Único (sem IVA).

(valores expressos em euros)

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2022			Período 2021		
	Honorários faturas	Efeitos das periodizações	Totais	Honorários faturas	Efeitos das periodizações	Totais
Revisão legal das contas	2.400,00		2.400,00	2.400,00		2.400,00
Serviços de garantia de fiabilidade						
Consultoria fiscal						
Outros serviços						
Totais	2.400,00		2.400,00	2.400,00		2.400,00

Os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer tipo de remuneração na empresa.

9.2 – Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

Não existem quaisquer dívidas nestas condições (quer à AT, Segurança Social, quer aos trabalhadores).

10 - Outras divulgações:

10.1 - Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:

Quantia dessas operações e natureza da relação com as partes relacionadas.

A informação constante deste ponto refere-se aos negócios estabelecidos entre a entidade e os seus acionistas (CP e Município de Mirandela). Tais negócios reportam-se aos serviços prestados por aquela a estes, no decurso normal das suas operações.

(valores expressos em euros)

Transações com as partes relacionadas		Período 2022		Período 2021	
		Prest. Serviços	...	Prest. Serviços	...
Empresa-mãe	Acionista maioritário	3.911,32		3.095,28	
	Subtotais	3.911,32		3.095,28	
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Acionista maioritário	195.882,05		195.882,00	
	Subtotais	195.882,05		195.882,00	
Subsidiárias	...				
	Subtotais				
Associadas	...				
	Subtotais				
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	...				
	Subtotais				
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	...				
	Subtotais				
Outras partes relacionadas	...				
	Subtotais				
Totais		199.793,37		198.977,28	

(valores expressos em euros)

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respectivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas		Período 2022					Período 2021						
		Saldos pendentes em 31.12.2022			Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período	Saldos pendentes em 31.12.2021			Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período
		Cientes c. corrente	Financiamentos obtidos	Outros credores	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período		Cientes c. corrente	Financiamentos obtidos	Outros credores	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período	
Empresa-mãe	Acionista maioritário	1.520,00					1.547,00						
	Subtotais	1.520,00					1.547,00						
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Acionista maioritário	245,41		-1.743.309,51			245,41		-1.738.495,58				
	Subtotais	245,41		-1.743.309,51			245,41		-1.738.495,58				
Subsidiárias	...												
	Subtotais												
Associadas	...												
	Subtotais												
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	...												
	Subtotais												
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	...												
	Subtotais												
Outras partes relacionadas	...												
	Subtotais												
Totais		1.765,41		-1.743.309,51			1.792,41		-1.738.495,58				

11

Rua D. Afonso III, 5 370 – 408 Mirandela * Telefone e Fax: 278 265 752 *

Capital Social 125.000 € Contribuinte n.º 503 518 794

E-mail: metropolitanomirandela@gmail.com

O valor inscrito no Balanço na rubrica “Outros credores” respeita, quase todo ele, ao débito da entidade ao acionista CP (mencionado na tabela supra, enquanto acionista minoritário) decorrente da aquisição de quatro automotoras, a que acresce o valor dos juros que este periodicamente debita àquela sobre o capital em dívida resultante da dita aquisição.

10.2 - Outras divulgações, consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

a) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários”

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2022			31.12.2021		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	502,99		502,99	266,75		266,75
	...						
	Subtotais	502,99		502,99	266,75		266,75
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	268.034,68		268.034,68	269.500,41		269.500,41
	...						
	Subtotais	268.034,68		268.034,68	269.500,41		269.500,41
Outros equivalentes de caixa	...						
	Subtotais						
Totais		268.537,67		268.537,67	269.767,16		269.767,16

b) Gasto (rendimento) por impostos correntes

(valores expressos em euros)

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos / (rendimentos) de impostos				Período 2022				
				Base	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período			1	-	-5.508,44		
	Gastos / (rendimentos) de impostos			2	-	37,00		
	Resultado antes de impostos			3=1+2	3	-5.471,44		
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar	Correção Ex. Anteriores	4		3.195,00		
			Var. Patrimónias positivas					
	Diferenças temporárias	A deduzir	Correção Ex. Anteriores	5				
		A acrescentar	Multas Fiscais e Não Fiscais	6		376,42		
	A deduzir	...	7					
Lucro / (Prejuízo fiscal)				8=3+4-5+6-7		-1.900,02		
Dedução de perdas fiscais				9				
Matéria coletável / coleta				10=8-9		0,00		
Benefícios fiscais por dedução à coleta				11				
				12		740,00	0,05	37,00
Outras componentes do imposto				12				
				12				
Imposto corrente				3	13=10-11+12	740,00	0,05	37,00
Imposto diferido					dos ativos e dos passivos diferidos	14		
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores						15		
Gastos / (rendimentos) de impostos e taxa efetiva média				3	16=13-14-15	740,00	0,05	37,00

O gasto por imposto corrente da entidade no exercício de 2022 é de 37,00€ sendo que o mesmo gasto referente a 2020 ascendeu a 1.028,10€

c) Informação relativa a ativos e passivos financeiros

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros			31.12.2022			31.12.2021		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	...						
		Subtotais						
	Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado menos imparidade	Clientes	1.765,41		1.765,41	1.792,41		1.792,41
		E.O.E.P	916,73		916,73			
		Outros ativos correntes	431,81					
		Caixa e depósitos bancários	268.537,67		268.537,67	269.767,16		269.767,16
		Investimentos financeiros	1.050,89		1.050,89	788,52		788,52
	Subtotais	272.702,51		272.702,51	272.348,09		272.348,09	
	Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo	...						
		Subtotais						
Totais			272.702,51		272.702,51	272.348,09	272.348,09	
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida	...						
		Subtotais						
	Passivos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado	Fornecedores	43.020,97		43.020,97	44.999,07		44.999,07
		E.O.E.P	39.345,37		39.345,37	41.511,61		41.511,61
		Outros passivos correntes	1.763.376,23		1.763.376,23	1.739.616,14		1.739.616,14
		...						
		Subtotais	1.845.742,57		1.845.742,57	1.826.126,82		1.826.126,82
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	Financiamentos obtidos						
		Subtotais						
	Totais			1.845.742,57		1.845.742,57	1.826.126,82	1.826.126,82

d) Detalhe das contas de acréscimos e diferimentos

(valores expressos em euros)

Acréscimos e Diferimentos		Período 2022	Período 2021
Acréscimos de rendimentos	Serviços a faturar à CMM	-	-
	Serviços prestados à CP	-	195.882,00
	Serviços prestados a clientes diversos	419,81	-
	Totais	419,81	195.882,00
Acréscimos de gastos	Remunerações	12.177,00	11.904,75
	Juros	6.809,73	1.963,87
	Totais	18.986,73	13.868,62
Gastos a reconhecer	Seguros		
	...		
Totais			
Rendimentos a reconhecer	...		
	Totais		

e) *Detalhe do rédito*

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2022			Período 2021		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda e bens						
Prestação de serviços	216.746,21	100,00%	0,48%	215.718,24	100,00%	21,30%
Juros						
Royalties						
Dividendos						
Totais	216.746,21	100,00%	0,48%	215.718,24	100,00%	21,30%

f) *Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais*

O Conselho de Administração está bem ciente das condições em que a sociedade se encontra na perspetiva do Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, considerando o valor dos seus Capitais Próprios à data de 31/12/2022. Porém, não está em crise o pagamento dos passivos assumidos nesta data nem à data do Balanço, sendo certo que a dívida à CP terá de ser objeto de tratamento particular e especial.

Mirandela, 31 de março de 2023

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

Ano de 2022

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Srs. Acionistas
da Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA

O presente relatório é emitido nos termos da alínea j) do número 6 do Artigo 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, parte final, visando apresentar o resultado da nossa ação fiscalizadora, bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, tudo respeitante ao exercício terminado em 31 de dezembro de 2022.

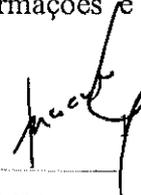
Relatório

1. Tendo em consideração as competências e deveres que nos são conferidos pelo disposto nos artigos 420º e 422º do Código das Sociedades Comerciais, procedemos, no cumprimento do mandato que nos foi atribuído:

- a) À fiscalização da administração da sociedade;
- b) À vigilância da observância da lei e do contrato de sociedade;
- c) À verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- d) À verificação da exatidão dos documentos de prestação de contas;
- e) À verificação da conformidade dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados com o Sistema de Normalização Contabilística aplicável à entidade;
- f) À apreciação do Relatório de Gestão do exercício elaborado pelo Conselho de Administração, bem como das propostas que nele constam;
- g) À emissão da Certificação Legal das Contas, datada de 14 de abril de 2023.

2. No desempenho das nossas funções, prevalecemo-nos dos poderes que nos são atribuídos pelo artigo 421º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que, nomeadamente:

- a) Realizámos as verificações de natureza contabilística consideradas adequadas e as verificações físicas entendidas por convenientes;
- b) Obtivemos do Conselho de Administração e dos serviços as informações e esclarecimentos que considerámos necessários.



António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

3. Em consequência de todo o trabalho efetuado, concluímos que:

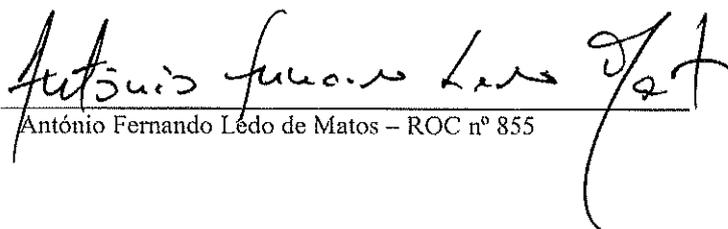
- a) Os atos praticados pelo Conselho de Administração, que são do nosso conhecimento, enquadram-se no objeto da sociedade e respeitam o cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- b) a contabilidade e todos os documentos de prestação de contas (Demonstrações Financeiras) satisfazem os requisitos legais e estatutários;
- c) O relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos legais, verificando-se a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício;
- d) o Conselho de Administração ponderou sobre a problemática que decorre do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, sendo que a entidade se encontra nas condições previstas em tal artigo, tendo constatado que o mesmo Conselho assume que a resolução desse problema entronca na posição que os acionistas vierem a tomar no tocante à dívida à CP, inscrita no Balanço desde a constituição daquela.

Parecer

4. Do exposto, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2022 apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados contida no Relatório de Gestão;
- c) Seja feita a apreciação da administração e fiscalização da sociedade, nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Mirandela, 14 de abril de 2023


António Fernando Ledo de Matos – ROC n.º 855